

Certeza e Incerteza*

*Ludwig von Mises***

Resumo: O presente texto expõe a concepção misesiana sobre as diferenças entre os métodos das ciências naturais e as ciências da ação humana, ou praxiologia. Rejeita o empirismo aplicado a estas últimas na medida em que a complexidade dos fenômenos humanos resulta na inexistência de constantes a partir das quais leis empíricas e previsões exatas poderiam ser obtidas. Critica a demanda por previsões exatas que desconsideram a impossibilidade de erradicar a incerteza inerente à esfera da ação. O texto rejeita, em seguida, a relevância do critério de demarcação popperiano aplicado à praxiologia, reafirmando que as leis de natureza praxiológica são apriorísticas, derivadas dedutivamente a partir do reconhecimento da natureza da mente humana.

Palavras-chave: Praxiologia, Incerteza, Previsão.

Certainty and Uncertainty

Abstract: The present text exposes the Misesian conception on the differences between the methods of the natural sciences and the sciences of human action, or praxiology. It rejects the empiricism applied to the latter insofar as the complexity of human phenomena results in the inexistence of constants from which empirical laws and exact predictions could be obtained. It criticizes the demand for accurate predictions that disregard the impossibility of eradicating the uncertainty inherent in the sphere of action. The text then rejects the relevance of the Popperian demarcation criterion applied to praxiology, reaffirming that the laws of a praxiological nature are aprioristic, derived deductively from the recognition of the nature of the human mind.

Keywords: Praxiology, Uncertainty, Prevision.

Classificação JEL: B41, B25

* A presente tradução foi feita a partir da seguinte edição: MISES, Ludwig von. *Certainty and Uncertainty*. In: *The Ultimate Foundation of Economic Science: An Essay on Method*. Pref. Israel Kirzner. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education, 3ª ed., 2002. p. 62-72.

Traduzido do inglês para o português por Márcia Xavier de Brito.

** **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University (NYU) de 1945 a 1969. Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

I - O PROBLEMA DA PRECISÃO QUANTITATIVA

Os experimentos laboratoriais e a observação de fenômenos externos permitem à ciência natural seguir com a mensuração e a quantificação do conhecimento. Com referência a esse fato, costumamos designar tais ciências como exatas e a desmerecer a falta de precisão nas ciências da ação humana.

Hoje, ninguém há de negar que, por conta da insuficiência de nossos sentidos, a medição nunca é perfeita e precisa na acepção plena do termo. Só é mais ou menos aproximada. Além disso, o princípio de Heisenberg demonstra que existem relações que o homem não pode medir de modo algum. Não existe tal coisa como uma precisão quantitativa na descrição do fenômeno natural. No entanto, as aproximações que a medição de objetos físicos e químicos pode oferecer são, em geral, suficientes para propósitos práticos. A órbita da tecnologia é a da nova medição aproximada e da precisão quantitativa aproximada.

Na esfera da ação humana não existem relações constantes entre quaisquer fatores. Como consequência, não existem medição e quantificação possíveis. Todas as magnitudes mensuráveis que as ciências da ação humana encontram são quantidades do ambiente em que o homem vive e age. Existem fatos históricos, por exemplo, fatos da história econômica ou militar, que são distintos dos problemas com os quais lida a ciência teórica da ação – a praxiologia e, em especial, sua parte mais desenvolvida, a economia.

Iludida pela ideia de que as ciências da ação humana devem copiar as técnicas das

ciências naturais, uma multidão de autores tem como propósito a quantificação da economia. Pensam que a economia deve imitar a química, que progrediu de um estado qualitativo para um estado quantitativo.¹ O mote é a máxima positivista: “Ciência é medição.” Com o apoio de grandes somas de dinheiro, reimprimem ativamente e rearranjam dados estatísticos fornecidos pelos governos, por associações comerciais, por corporações e outras empresas. Tentam computar as relações aritméticas entre esses vários dados e, desse modo, determinar o que chamam, por analogia com as ciências naturais, de correlações e funções. Não percebem que, no campo da ação humana, a estatística é sempre história e que as supostas “correlações” e “funções” não descrevem nada além daquilo que aconteceu num determinado instante do tempo e em determinada área geográfica, como o resultado da ação de um determinado número de pessoas.² Como método de análise econômica, a econometria é brincadeira de criança com cifras que em nada contribuem para elucidar os problemas da realidade econômica.

¹ SCHUMPETER, Joseph. *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908. p. 606ss.; MITCHELL, Wesley C. “Quantitative Analysis in Economic Theory.” *American Economic Review*. XV (March, 1935): 1-12; CASSEL, Gustav. *On Quantitative Thinking in Economics*. Oxford: Clarendon, 1935. Além de um número crescente de livros e artigos.

² MISES, Ludwig von. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. Trad. Donald Stewart, Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 407ss.

II - O CONHECIMENTO CERTO

O empirismo radical rejeita a ideia de que determinados conhecimentos referentes às condições do universo sejam acessíveis às mentes dos homens mortais. Considera as categorias *a priori* da lógica e da matemática como hipóteses ou convenções, escolhidas livremente por conveniência para obter o tipo de conhecimento que o homem é capaz de adquirir. Tudo o que é inferido por dedução dessas categorias *a priori* é simples tautologia e não transmite nenhuma informação sobre o estado da realidade. Ainda que fôssemos aceitar o dogma indefensável da regularidade na concatenação e sucessão dos acontecimentos naturais, a falibilidade e insuficiência dos sentidos humanos tornam impossível atribuir certeza a qualquer conhecimento *a posteriori*. Nós, humanos como somos, devemos aceitar esse estado de coisas. Como as coisas “realmente” são ou devem parecer quando olhadas do ponto de vista de uma inteligência sobre-humana, essencialmente diferente de como funciona a mente humana na presente era da história cósmica, nos é inescrutável.

Esse ceticismo radical, entretanto, não se refere ao conhecimento praxiológico. A praxiologia também parte de uma categoria *a priori* e prossegue com um raciocínio dedutivo. Contudo, as objeções suscitadas pelo cético contra a competência conclusiva das categorias *a priori* e do raciocínio *a priori* não são aplicáveis, pois como devemos ressaltar novamente, a realidade de elucidação e de interpretação que é a tarefa da praxiologia é congênica à estrutura lógica da mente hu-

mana. A mente do homem gera tanto o pensamento quanto a ação. A ação humana e o pensar humano derivam da mesma fonte e são, nesse sentido, homogêneos. Não existe nada na estrutura da ação que a mente humana não possa explicar plenamente. Nesse sentido, a praxiologia fornece o conhecimento certo.

O homem, ao existir neste planeta, no momento presente da história cósmica deverá, um dia, desaparecer. Contanto que existam seres da espécie *Homo sapiens*, existirá ação humana do tipo categórico de que trata a praxiologia. Num sentido restrito, a praxiologia proporciona um conhecimento exato das condições futuras.

No campo da ação humana todas as magnitudes quantitativamente determinadas se referem somente à história e não transmitem conhecimento algum que possa significar alguma coisa além da constelação histórica específica que as geraram. Todo o conhecimento geral, ou seja, todo o conhecimento que é aplicável não só a uma determinada constelação do passado, mas a todas as constelações praxiológicas idênticas do passado, bem como do futuro, é, em última análise, conhecimento dedutível derivado de uma categoria da ação *a priori*. Refere-se a qualquer realidade de ação como aparece no passado e como aparecerá no futuro. Transmite conhecimento preciso das coisas reais.

III - A INCERTEZA DO FUTURO

Segundo uma máxima de Auguste Comte, muitas vezes citada, o objetivo das ciências – naturais – é conhecer para prever

o que acontecerá no futuro.³ Essas previsões são, tanto quanto se referem aos efeitos da ação humana, condicionais. Afirmam: Se *A*, então *B*. Não dizem, no entanto, nada sobre o aparecimento de *A*. Se um homem ingerir cianeto de potássio, morrerá. Contudo, se tomará ou não o veneno, isso não ficou decidido.

As previsões da praxiologia são, dentro do espectro de sua aplicabilidade, absolutamente certas. Todavia, nada nos informam sobre os juízos de valor dos agentes individuais e o modo como determinarão suas ações. Tudo o que podemos saber sobre esses juízos de valor possui o caráter categórico do entendimento específico das ciências históricas da ação humana. Se nossas expectativas de futuros juízos de valor – nossos ou de outros – e dos meios utilizados para ajustar as ações a tais juízos de valor serão ou não os corretos, isso não podemos saber com antecedência.

A incerteza do futuro é uma das marcas primordiais da condição humana. Contamina todas as manifestações da vida e da ação.

O homem está à mercê de forças e potências além de seu controle. Age para evitar, tanto quanto possível, o que crê que irá feri-lo. No entanto, só tem sucesso numa margem limitada, nunca sabe antecipadamente até que ponto sua ação alcançará o fim desejado e, se ela alcançar, se essa ação aparecerá retrospectivamente – para ele ou para as outras pessoas que analisarem – como a melhor escolha entre as opções que estavam em aberto no momento em que ele a realizou.

A tecnologia baseada nos feitos das ciências naturais pretende o controle pleno

dentro de determinada esfera, que, é claro, compreende somente uma fração dos acontecimentos que determinam o destino do homem. Embora o progresso das ciências naturais tenda a alargar a esfera de tal ação cientificamente dirigida, nunca cobrirá mais que uma margem estrita dos acontecimentos possíveis. Mesmo dentro dessa margem, nunca existirá a certeza absoluta. O resultado pretendido pode ser frustrado pela invasão de forças ainda não muito conhecidas ou além do controle humano. A engenharia tecnológica não elimina o elemento aleatório da existência humana, simplesmente restringe um pouco seu campo. Sempre permanece uma órbita que, ao conhecimento limitado do homem, parece uma órbita de simples acaso e caracteriza a vida como uma aposta. O homem e suas obras sempre estão expostos ao impacto dos eventos imprevistos e incontroláveis. Não podemos deixar de contar com a boa sorte de não ser atingido por um desses imprevistos. Até mesmo pessoas obtusas não deixam de perceber que o próprio bem-estar depende da operação de forças que estão além da sabedoria, do conhecimento, da previsibilidade e do provisionamento humanos. Com relação a essas forças, todo o planejamento humano é em vão. Isso é o que a religião tem em mente ao referir-se às determinações insondáveis dos Céus e volta-se para a prece.

VI - A QUANTIFICAÇÃO E A COMPREENSÃO NO AGIR E NA HISTÓRIA

Muitos dos dados com os que a mente se ocupa, tanto ao voltar ao passado quanto

³ “*Ver para prever*” era o lema da ciência positiva. (N. T.)

ao planejar o futuro, podem ser expressos em termos numéricos. Outras magnitudes relevantes só podem ser expressas em palavras, em linguagem não matemática. Com relação a tais magnitudes o entendimento específico das ciências da ação humana é um substituto, por assim dizer, para a inviabilidade de mensuração.

A esse respeito, o historiador, bem como o agente falam da relevância de diferentes acontecimentos e ações com relação à produção de outros acontecimentos e de determinados estados de coisas. Nesse sentido, distinguem entre acontecimentos e fatos mais e menos importantes e entre homens mais e menos grandiosos.

Erros de julgamento nessa avaliação quase quantitativa da realidade são perniciosos, caso ocorram ao planejar ações. As especulações, com certeza falharão, se tiverem por base uma previsão ilusória das condições futuras. Mesmo se estiverem “qualitativamente” corretas, isto é, se as condições que previram realmente acontecerem, elas podem realizar um desastre, caso estejam “quantitativamente” erradas, isto é, se erraram a respeito das dimensões dos efeitos ou do momento em que deveriam surgir. Isso é o que tornam as especulações de longo prazo do estadista e do empresário em algo especialmente arriscado.

V - A PRECARIÉDADE NA PREVISÃO DOS ASSUNTOS HUMANOS

Ao prever o que pode ou acontecerá no futuro, a pessoa pode estar certa ou errada. Essa antecipação de acontecimentos futuros

não pode influenciar o curso da natureza. O que quer que a pessoa possa esperar, a natureza segue seu curso, sem ser afetada por expectativas, desejos, vontades e esperanças humanas.

Isso é diferente na esfera em que atua a ação humana. A previsão pode se mostrar errada, caso induza os homens a prosseguir com êxito do modo que foi planejado para evitar a ocorrência dos acontecimentos previstos. O que impele as pessoas a ouvir as opiniões dos profetas ou a consultá-los é, muitas vezes, o desejo de evitar o surgimento de acontecimentos indesejáveis que, segundo tais profecias, o futuro lhes resguardou. Se, por outro lado, os próprios desejos concordarem com o que o oráculo previu, podem reagir à profecia de duas maneiras: acreditar no oráculo, não adotar uma atitude indolentes ou deixar de fazer o que tem de ser feito para ocorrer o fim previsto. Ou podem, com plena confiança, dobrar os esforços para chegar ao fim pretendido. Em todos os casos, o conteúdo da profecia teve o poder de desviar o curso das questões dos rumos que teriam seguido na ausência de uma suposta previsão impositiva.

Podemos ilustrar o assunto ao fazer referência à previsão no mundo dos negócios. Se disserem às pessoas que em maio o *boom* continuará por vários meses e não terminará em *crash* antes de dezembro, as pessoas tentarão vender o quê?, assim que possível, de qualquer maneira, antes de dezembro. Assim, o *boom* chegará ao fim antes da data indicada pela previsão.

VI - A PREVISÃO ECONÔMICA E A DOCTRINA DA TENDÊNCIA

A economia pode prever os efeitos esperados de recorrer a determinadas medidas de política econômica. Isso pode responder à pergunta se uma determinada política é capaz de alcançar os fins desejados e, se a resposta for negativa, quais serão os verdadeiros efeitos. É claro, no entanto, que essa previsão só pode ser “qualitativa”. Não pode ser “quantitativa”, pois não existem relações constantes entre os fatores e efeitos em tela. O valor prático da economia deve ser visto no seu poder circunscrito de prever o resultado de determinadas medidas.

Os que rejeitam a ciência apriorística da economia por conta do apriorismo, os adeptos das várias escolas do historicismo e do institucionalismo, devem, do ponto de vista dos próprios princípios epistemológicos, evitar expressar qualquer juízo sobre os efeitos futuros que devem ser esperados de qualquer política específica. Não podem nem mesmo saber o que uma determinada medida, sempre que utilizada, provocou no passado. O que aconteceu sempre foi o resultado da operação conjunta de inúmeros fatores. A medida em questão foi um dos muitos fatores que contribuíram para o surgimento do resultado final. Entretanto, até mesmo esses acadêmicos são corajosos o bastante para afirmar que de uma determinada medida do passado que resultou em dado efeito – do ponto de vista dos próprios princípios – não justificaria pressupor que o mesmo efeito, portanto, será obtido também no futuro. O historicismo e o institucionalismo consisten-

tes têm de evitar emitir opinião sobre os efeitos – necessariamente futuros – de qualquer medida ou política. Têm de restringir os ensinamentos ao tratamento da história econômica. (Deixando de lado a questão de como a história econômica pode ser tratada sem a teoria econômica.)

O interesse do público nos estudos rotulados de econômicos, todavia, se deve inteiramente à expectativa de poder aprender algo sobre os métodos a serem utilizados na obtenção de fins específicos. Os alunos que frequentam as aulas de professores de “economia”, bem como os governos que nomeiam conselheiros “econômicos” anseiam por informações sobre o futuro, não sobre o passado. No entanto, tudo o que esses especialistas podem dizer, caso permaneçam fiéis aos seus princípios epistemológicos, se refere ao passado.

Para consolar seus fregueses – governantes, empresários e alunos – esses acadêmicos desenvolveram a doutrina da tendência. Pressupuseram que as tendências prevalentes no passado recente – inadequadamente, várias vezes, apelidado de “*o presente*” – continuarão no futuro. Caso considerem a tendência como indesejável, recomendam medidas para modificá-la. Se a considerarem desejável, ficam inclinados a declará-la como inevitável e irresistível e não levam em conta o fato de que tendências manifestadas na história podem mudar, muitas vezes, ou quase sempre mudam, e podem mudar mesmo no futuro imediato.

VII - A TOMADA DE DECISÃO

Há manias e modismos no tratamento dos problemas científicos e na terminologia da linguagem científica.

O que a praxiologia chama de escolha, hoje em dia, ainda que diga respeito à escolha dos meios, é chamado de tomada de decisão. O neologismo⁴ pretende desviar a atenção do fato de que aquilo que importa não é apenas fazer uma escolha, mas fazer a melhor escolha possível. Isso significa: proceder de modo tal que nenhum dos fins desejados com menos urgência devessem ser satisfeitos, caso essa satisfação impedisse a consecução de um fim mais urgentemente desejado. Nos processos de produção dirigidos à economia de mercado por negócios que visam ao lucro esse é, dentro do possível, realizado com a ajuda intelectual do cálculo econômico. Num sistema socialista autossuficiente, fechado, que não pode recorrer a nenhum cálculo econômico, a tomada de decisão relativa aos meios é um mero jogo de azar.

VIII - CONFIRMAÇÃO E REFUTABILIDADE

Nas ciências naturais, uma teoria só pode ter sustentação se estiver de acordo com fatos estabelecidos experimentalmente. Esse acordo era considerado, até pouco tempo, como confirmação. Karl Popper (1902-1994), em 1935, no

*Logik de Forschung*⁵ [A Lógica da Pesquisa Científica] assinalou que fatos não podem confirmar uma teoria, só podem refutá-la. Por isso, uma formulação mais correta teria de declarar: uma teoria não pode ser sustentada se é refutada pelos dados da experiência. Desse modo, a experiência restringe o arbítrio do cientista ao elaborar teorias. Uma hipótese tem de ser abandonada quando os experimentos demonstrarem que ela é incompatível com os fatos apresentados pela experiência.

É óbvio que tudo isso não pode referir-se, de maneira nenhuma, aos problemas da ciência da ação humana. Nessa órbita não existem tais coisas como fatos estabelecidos experimentalmente. Toda a experiência neste campo é, como deve ser repetido diversas vezes, uma experiência histórica, ou seja, a experiência de um fenômeno complexo. Tal experiência nunca deve produzir algo que possua o caráter lógico do que as ciências naturais chamam de “fatos da experiência”.

Se aceitarmos a terminologia do positivismo lógico e, especialmente também a de Karl Popper, uma teoria ou hipótese é “não científica” caso, *em princípio*, não possa ser refutada pela experiência. Consequentemente, todas as teorias *a priori*, incluindo a matemática e a praxiologia, são “não científicas”. Isso é apenas um jogo de palavras. Nenhuma pessoa séria perde tempo em discutir tal questão terminológica. A praxiologia e a economia conservarão sua importância primordial na vida e na ação humanas, não obstante a classificação e descrição que as pessoas possam lhes conferir.

⁴ Em inglês, o termo *decision-making* foi importado por Chester Barnard (1886-1961), pioneiro nos estudos de teorias de gestão, do léxico da administração pública para o mundo executivo. (N. T.)

⁵ Popper, Karl R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972. (N.T.)

O prestígio popular que as ciências naturais desfrutam em nossa civilização não está, por certo, fundado na mera condição negativa de que os teoremas não foram refutados. Existe, além do resultado dos experimentos laboratoriais, o fato de que as máquinas e todos os outros implementos construídos conforme os ensinamentos da ciência funcionam do modo previsto por tais ensinamentos. Os motores e máquinas elétricos confirmam as teorias da eletricidade, que fundamentaram a produção e a operação. Ao sentar-se em um cômodo iluminado por lâmpadas elétricas, com telefone, refrescado por um ventilador elétrico e que pode ser limpo com um aspirador de pó, tanto o filósofo quanto o leigo não podem deixar de admitir que deve existir algo a mais nessas teorias da eletricidade do que aquilo que até agora não foi refutado pela experimentação.

IX - A Verificação dos Teoremas Praxiológicos

O epistemólogo, que inicia suas elucubrações pela análise dos métodos das ciências naturais e que é incapaz de perceber qualquer coisa além de seu campo, simplesmente nos diz que as ciências naturais são as ciências naturais e aquilo que não é ciência natural não é ciência natural. Nada sabe a respeito das ciências da ação humana e, portanto, tudo o que profere acerca delas não tem nenhuma consequência.

Não é uma descoberta desses autores que as teorias da praxiologia não possam ser refutadas por experimentos ou confirmadas por seu emprego bem-sucedido na constru-

ção de vários dispositivos. Esses fatos são, precisamente, um aspecto de nosso problema.

A doutrina positivista afirma que a natureza e a realidade, ao oferecer os dados dos sentidos que as sentenças protocolares registram, escrevem a própria história na tábula rasa da mente humana. O tipo de experiência ao qual se referem ao falar de verificabilidade e refutabilidade é, como creem, algo que não depende de modo algum da estrutura lógica da mente humana. Ela fornece uma imagem fiel da realidade. Por outro lado, supõem, que o raciocínio é arbitrário e, portanto, passível de erros e falhas interpretativas.

Tal doutrina não só deixa de levar em conta a falibilidade de nossa apreensão dos objetos sensíveis, assim como não nota que a percepção é mais que a apreensão meramente sensível, ou seja, que é um ato intelectual realizado pela mente. Com relação a isso, tanto o associacionismo como a psicologia da *Gestalt* concordam. Não há por que atribuir uma dignidade epistemológica mais excelsa às operações realizadas pela mente no ato de tomar ciência de um objeto externo, só à operação da mente de descrever os próprios modos de proceder.

De fato, nada é mais certo para a mente humana do que a categoria que a ação humana põe em relevo. Não existe ser humano a quem seja estranho o intento de substituir um estado de coisas que prevaleceria caso não tivesse havido intervenção por outro mais apropriado. Só há ação onde existem homens.

O que sabemos sobre nossas ações e sobre a ação de outras pessoas está condicio-

nado à familiaridade que temos em relação à categoria de ação, que devemos ao processo de autoexame e introspecção, bem como à compreensão da conduta das outras pessoas. Questionar essa percepção é tão impossível quanto questionar o fato de que estamos vivos.

Quem quiser atacar o teorema praxiológico tem de voltar atrás, passo a passo, até chegar ao ponto em que, na cadeia do raciocínio que deu origem a tal teorema, possa

desmascarar um erro lógico. Entretanto, se esse processo regressivo de dedução findar na categoria da ação sem a descoberta de um elo defeituoso na cadeia de raciocínio, o teorema está plenamente comprovado. Os positivistas que rejeitam tal teorema sem tê-lo submetido a esse exame não são menos tolos que os astrônomos do século XVII, que se recusaram a olhar no telescópio e que teriam mostrado que Galileu Galilei (1564-1642) estava certo e eles, errados. ∞